



O jornal diário dos ancepianos.
6 de junho - 8h30

RECEITA ATUALIZA MÓDULO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DO e-FINANCEIRA



Receita Federal

A Receita Federal informa na página do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital que o Módulo de Previdência Privada encontra-se atualizado no ambiente de "Produção Restrita" e de "Produção".

A Receita solicita que se use utilize o ambiente de "Produção Restrita" o mais rápido possível e, qualquer dificuldade seja imediatamente comunicada através de contato com o e-mail e-financeira.df@rfb.gov.br.

A novidade já será trazida para a apresentação amanhã, em Florianópolis, do seminário **e-Financeira – Módulo de Previdência Privada**, a cargo do especialista Edgar Grassi, conselheiro da ANCEP e Diretor de Administração e Seguridade da CBS Previdência

Sempre esclarecendo dúvidas e até agora apresentado em 4 capitais, o ciclo de seminários **"e-Financeira – Módulo de Previdência Privada"** estará sendo levado agora a **Florianópolis (7/6)**, **São Paulo (17/6)**, **Belo Horizonte (1/7)**, **Brasília (5/7)** e **Salvador (12/7)**.

O evento é uma oportunidade imperdível de esclarecer dúvidas, até porque nenhuma pergunta fica sem resposta, dentro da ideia que sempre prevaleceu de que os eventos da Ancep devem oferecer a melhor orientação, um caminho a ser seguido especialmente quanto mais complexas e técnicas são as questões abordadas.

Apresentado por Edgar Grassi, o evento em cada uma de suas edições está discutindo, analisando e assim, propiciando uma ampla compreensão acerca dos procedimentos para entrega do novo módulo da e-Financeira, em especial o Manual de Preenchimento Versão 1.2.2: Publicado no DOU de 03/05/2019 o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS N° 17, de 30/04/2019.

Normas internacionais: laasb ganha novo presidente

A partir de 1º julho, Thomas R. Seidenstein será o novo presidente do Board das Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração (laasb, sigla em inglês para International Auditing and Assurance Standards Board) por um período de três anos.

O laasb desenvolve normas e diretrizes de auditoria e asseguração para ser utilizadas por todos os contadores profissionais sob um processo comum de definição de padrões envolvendo o Conselho de Supervisão de Interesse Público (PIOB, na sigla em inglês),

que supervisiona as atividades do laasb, e o Grupo Assessor Consultivo do laasb, que fornece informações de interesse público o desenvolvimento das normas e orientações (CFC-Ancep)

Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprova projeto que endurece regras contra fraudes em entidades de previdência

Irregularidades cometidas por entidades de previdência poderão ser punidas pela Lei do Colarinho Branco. Projeto com esse objetivo foi aprovado nesta quarta-feira (5) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta PLS 312/2016, do ex-senador José Aníbal, também tem como novidade o enquadramento criminal da facilitação à prática de gestão fraudulenta ou temerária. O texto, um substitutivo do relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), passará por turno suplementar de votação, informa a **Agência de Notícias do Senado**.

O projeto determina a responsabilização penal de gestores e dirigentes por desvios praticados na administração de planos de previdência privada, fundos de pensão públicos, dos Regimes Próprios da Previdência Social (RPPS) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Ao mesmo tempo em que define e insere o crime de facilitação à prática de gestão fraudulenta ou temerária na Lei do Colarinho Branco, o substitutivo ao PLS 312/2016 também manteve a previsão de pena de dois a seis anos de reclusão, mais multa, para quem se envolver nesses desvios.

Determina ainda à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), às unidades gestoras do RPPS e à Susep notificarem o Ministério Público Federal caso detectem algum indício de crime na área. Hoje, apenas o Banco Central (BC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) têm essa obrigação legal. A inserção da Susep nesse rol foi possível com o acolhimento de emenda do senador José Serra (PSDB-SP) pelo relator.

"Os principais fundos de pensão — Correios (Postalís), Petrobras (Petros), Caixa Econômica Federal (Funcef) e Banco do Brasil (Previ) — acumularam perdas de R\$ 113,5 bilhões nos últimos cinco anos, conforme relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão. Os trabalhos da comissão mostram que houve má gestão, investimentos em projetos de alto risco, ingerência política e desvios de recursos das entidades. É preciso rigor na punição das pessoas responsáveis por tais crimes", defende o autor do projeto, o ex-senador José Aníbal (PSDB-SP).

Relatório da Funcef aponta ágios pagos em operações que envolveram Guedes

Auditorias da Funcef afirmam que FIPs geridos pelo hoje ministro da Economia, Paulo Guedes, pagaram, sem justificativa técnica adequada, R\$ 385 milhões de ágio para adquirir empresas. Os investimentos foram feitos com recursos captados de fundos de pensão patrocinados por estatais e do BNDES, noticia a **Folha de S. Paulo**.

Guedes montou, por meio de sua empresa de gestão de ativos, FIPs que receberam, entre 2009 e 2014, R\$ 1 bilhão em recursos vindos da Previ, Petros e Postalís, além da Funcef.

A principal suspeita, baseada em relatórios da Previc, é de que os negócios tenham gerado ganhos excessivos ao ministro, em detrimento dos cotistas dos FIPs. Os relatórios da Funcef registram que, para justificar o ágio pago, a gestora de ativos de Guedes deveria ter apresentado laudos de avaliação técnica de escritórios especializados, o que não ocorreu.